

APONTAMENTOS PARA ANÁLISE DA QUESTÃO SALARIAL DO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA NO BRASIL

EIXO 4 – O Trabalho nas Instituições de Educação Superior Brasileiras

Savana Diniz Gomes Melo (UFMG/sdgmufmg2@gmail.com)

Introdução

Este trabalho apresenta alguns apontamentos sobre a questão do salário para Marx, como subsídio para analisar a condição salarial do docente na educação superior pública no Brasil e fundamentar a pesquisa em andamento sobre esse tema.

A referida pesquisa é amparada em estudos anteriores de mais de duas décadas; é intitulada "Política salarial e carreira docente na educação superior pública no Brasil (2003 a 2026)"; é vinculada ao Grupo de Pesquisa-Ação sobre Universidade e Educação Superior (UNIVERSITÁTIS)[1] da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e abrange os Estados de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, de Pará e de Santa Catarina.

Com abordagem qualitativa e crítico-dialética, a pesquisa considera o contexto e a perspectiva histórica. Seu objetivo geral é analisar a valorização do magistério superior público no Brasil, no período de 2003 a 2026, em seus pilares carreira e remuneração, sob a ótica das implicações do trabalho docente na era digital. Seu pressuposto é a existência de grande diferenciação salarial e de carreira entre os docentes das universidades no país, contexto agravado pela emergência das tecnologias educacionais e pela digitalização do trabalho, o que requer estudos aprofundados. Considera-se que a crescente adoção de tecnologias e de inteligência artificial têm demandado ampliação da formação dos docentes, por um lado, e aumento de gastos com internet, equipamentos, softwares e aumento das jornadas de trabalho, de outro.

Estudos anteriores já indicaram a existência de grande diferenciação salarial e de carreira dos docentes universitários se verifica tanto por região, estado, município e entes da federação e, no interior das universidades, em função de variados elementos.

Constata-se um avançado processo de privatização das universidades públicas, associado à precarização e intensificação do trabalho docente.

[1]O UNIVERSITÁTIS/FaE/UFMG é um Grupo de Pesquisa-Ação cadastrado no Diretório Acadêmico do CNPq em 2015 e possui como objetos de estudo a universidade e as políticas para a educação superior. Propõe-se a desenvolver atividades tanto de caráter acadêmico, como também de intervenção na realidade social e política que envolva a Universidade. Cf. em: https://universitatis.fae.ufmg.br/



Contraditoriamente, é alardeado por formuladores de políticas públicas e empresários da educação, que estas buscam alcançar a melhoria da qualidade do ensino e a valorização do magistério superior. O problema é que tais melhorias não se confirmam na realidade da totalidade das universidades públicas brasileiras. Há reiteradas reivindicações dos professores e de seus sindicatos para que estas melhorias sejam de fato asseguradas.

Essa diferenciação nas universidades públicas brasileiras é expressão eintergra uma tendência geral de redução de direitos trabalhistas e previdenciários dos professores e do conjunto da classe trabalhadora, que caracteriza o atual modelo de desenvolvimento econômico do país. As alterações no trabalho docente universitário, incluindo aquelas decorrentes da adoção de tecnologias e IA são pouco dimensionadas, mas incidem direta e indiretamente sobre a remuneração docente, tornando-a cada vez mais reduzida. A questão central da pesquisa é identificar, dimensionar e analisar as alterações que incidem sobre a remuneração e a carreira docente nas universidades brasileiras e como os professores e seus sindicatos se posicionam a respeito.

Tal pesquisa busca adquirir financiamento junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com algumas nuances e conta com o apoio da equipe da pesquisa constituída por 44 integrantes entre os quais constam estudantes de graduação, mestrandos doutorandos, técnicos administrativos em educação, docentes da UFMG e de outras IES brasileiras e de universidades da Argentina e do Chile. A pesquisa conta com ainda com uma bolsista de iniciação científica para o exercício de 2026.

Na sua fase atual, tem início a pesquisa bibliográfica que será seguida pela documental. No bojo dos estudos bibliográficos assume relevância a discussão teórica preliminar sobre a categoria salário, central nos marcos do capitalismo e esse é o escopo do presente trabalho.

Desenvolvimento

Como referido, a pesquisa encontra-se em fase inicial que compreende levantamentos bibliográficos e documentais e prevê a realização de pesquisa de campo que inclui entrevistas com docentes, como a etapa final da coleta de dados.

Metodologia

O presente texto, se constitui um passo inicial na etapa da pesquisa que procura trazer reflexões teóricas a partir do estudo de obras de Karl Marx que tratam do tema do salário. São elas: 1. Trabalho Assalariado e Capital (1849); 2. Salário, Preço e Lucro (1865); 3. O capital: crítica da economia política. Livro I; (1867); 4. Manuscritos Econômico-Filosóficos (1844) e; 5. Grundrisse (1857–1858). Nesse trabalho é abordada a primeira dessas obras: Trabalho Assalariado e Capital (1849);

Referencial Teórico

A pesquisa se propõe a se desenvolver sob a perspectiva de análise imanente tendo como ponto de partida obras de Karl Marx, que tratam do tema do salário.



Discussão dos resultados ou análise dos dados

O estudo inicial da obra Trabalho Assalariado e Capital (1849) já demonstra a importância das ideias de Marx para a compreensão da complexidade que o tema da remuneração docente, objeto da pesquisa em curso e a necessidade de seguir o estudo das demais obras apontadas.

O texto é considerado uma das obras mais diretas sobre o tema salário. Foi escrito em abril de 1849 e publicado na *Neue Rheinische Zeitung* presente tradução na versão das Obras Escolhidas de Marx e Engels, Edição em português da Editorial Avante, 1982, t1, pp 142-177, traduzido do Alemão.

Nele Marx expõe as relações econômicas em que se baseiam tanto a existência da burguesia e o seu domínio de classe, como a escravidão dos operários naquele contexto. A exposição e apresentada em três grandes secções: 1º - a relação do trabalho assalariado com o capital, a escravidão do operário, o domínio do capitalista; 2º - o declínio inevitável das classes médias burguesas e do chamado estado burguês no atual sistema; 3º - a subjugação e exploração comercial das classes burguesas das diversas nações europeias pelo déspota do mercado mundial, a Inglaterra.

Trata-se da primeira exposição sistemática da teoria das relações econômicas da sociedade capitalista realizada por Marx, em que argumenta como se dá a necessidade da cooperação na produção, o relativo empobrecimento da classe trabalhadora e a concentração de capital, argumentos esses que seriam mais desenvolvidas em obras posteriores, especialmente em *"O Capital"*. Em síntese, Marx oferece um esboço acessível das relações econômicas que constituem as condições materiais para a luta de classes na sociedade capitalista.

Para Marx, o salário não paga o trabalho em si, mas a força de trabalho do trabalhador. O que os operários vendem ao capitalista em troca de dinheiro é a sua força de trabalho. Comparando com a mercadoria açúcar, demonstra que o capitalista compra essa força de trabalho e depois de a ter comprado, utiliza-a fazendo trabalhar os operários durante o tempo estipulado. Com essa mesma quantia com que o capitalista lhes comprou a força de trabalho. A força de trabalho é, portanto, uma mercadoria nem mais nem menos como o açúcar. A primeira mede-se com o relógio, a segunda com a balança.

Marx explica que os operários trocam a sua mercadoria, a força de trabalho, pela mercadoria do capitalista, pelo dinheiro, e essa troca tem lugar na verdade numa determinada proporção: tanto dinheiro por tantas horas de utilização da força de trabalho. Ao valor de troca de uma mercadoria, avaliado em dinheiro, chama-se precisamente o seu preço. Portanto, o salário é apenas um nome especial dado ao preço da força de trabalho, a que se costuma chamar preço do trabalho; é apenas o nome dado ao preço dessa mercadoria peculiar que só existe na carne e no sangue do homem.

Argumenta que o operário, quando quer, deixar o capitalista ao qual se alugou, e o capitalista despede-o quando acha conveniente, quando já não tira dele proveito ou o proveito que esperava, mas o operário, cuja única fonte de rendimentos é a venda da força de trabalho, não pode deixar toda a classe dos compradores, isto é, a classe dos capitalistas, sem renunciar à existência. Ele não pertence a este ou àquele capitalista, mas à classe dos capitalistas, e compete-lhe a ele encontrar quem o queira, isto é, encontrar um comprador dentro dessa classe dos capitalistas.

Marx argumenta que o salário é o preço de uma determinada mercadoria, a força de trabalho. E ele é determinado pelas mesmas leis que determinam o preço de qualquer outra mercadoria. Dessa argumentação, Marx levanta a questão: como se determina o preço de uma mercadoria? E em resposta

explica que é a concorrência entre compradores e vendedores, a relação da procura com aquilo que se fornece, da apetência com a oferta. Seguindo seu raciocínio Marx argumenta que a concorrência, que determina o preço de uma mercadoria, apresenta três aspectos. A determinação do preço pelos custos de produção é igual à determinação do preço pelo tempo de trabalho exigido para a produção duma mercadoria, pois os custos de produção compõem-se de dois elementos: 1. - Matérias-primas e desgaste de instrumentos, isto é, de produtos industriais cuja produção custou uma certa quantidade de dias de trabalho que, portanto, representam uma certa quantidade de tempo de trabalho, e 2. - Trabalho direto, cuja medida é precisamente o tempo. Explica que as mesmas leis gerais que regulam o preço das mercadorias em geral, regulam naturalmente também o salário, o preço do trabalho. Que os custos de produção da força de trabalho são os custos que são exigidos para manter o operário como operário e para fazer dele um operário.

E Marx conclui que, por essa razão, quanto menos tempo de formação um trabalho requer, menores serão os custos de produção do operário, mais baixo será o preço do seu trabalho, o seu salário.

Considerações finais

O estudo inicial da obra Trabalho Assalariado e Capital (1849) anunciado no presente trabalho já demonstra a importância das teorizações de Marx para a compreensão da complexidade que envolve o trabalho e o salário no capitalismo e, também, do tema da remuneração dos docentes das universidades públicas no Brasil, que é o objeto da pesquisa em curso.

Revela também a necessidade premente de seguir o estudo das demais obras apontadas, com vistas a aportar elementos essenciais para análise em tanto em âmbito estrutural da sociedade como conjuntural, considerando o trabalho atualmente exercido nas universidades públicas no contexto de avanço das políticas neoliberais que coloca em evidência, a educação e a força de trabalho dos professores, como mercadorias capazes de fazer expandir exponencialmente os lucros dos capitalistas em nível nacional e mundial. Esse debate precisa ser qualificado nos estudos, na proativa e na luta dos trabalhadores docentes por sua valorização, assim como a dos demais trabalhadores, o que por sua vez, só pode ocorrer em realidade, com a superação do capitalismo e fundação de outra sociedade, fundada em outros princípios, sob o governo dos trabalhadores.

Referências

KARL, Marx. Trabalho Assalariado e Capital (1849). Lisboa: Editorial Avante, 1982.